

Superior Tribunal de Justiça

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.559.761 - SP
(2019/0240832-6)**

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
AGRAVANTE : MARLON SOARES DE OLIVEIRA
ADVOGADO : FREDERICO HENRIQUE DE OLIVEIRA LIMA JUNIOR -
DF047851
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERES. : SERGIO VASCONCELOS AMMAD YOUSEF
ADVOGADO : ROBERLEI CÂNDIDO DE ARAÚJO - SP214880

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ENUNCIADO N. 182 DA SÚMULA DO STJ. INSURGÊNCIA DESPROVIDA.

1. Enquanto a decisão de admissibilidade assentou a necessidade de reexame de fatos e provas para análise do pleito desclassificatório (Súmula n. 7/STJ), a incidência da Súmula n. 7 desta Corte também no que diz respeito à aplicação da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006 e a ausência de cotejo analítico para comprovação do dissídio jurisprudencial, no agravo em recurso especial a defesa limitou-se a afirmar genericamente que não pretende revolver matéria fático-probatória, além de reiterar os argumentos apresentados no recurso especial.

2. Deixando a parte agravante de impugnar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, é de se aplicar o enunciado n. 182 da Súmula do STJ.

3. Agravo regimental desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental. Os Srs. Ministros Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas e Joel Ilan Paciornik votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Felix Fischer.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator